



METROPOLIZAÇÃO DO ESPAÇO: O CASO DA BACIA DO PINA E SEU ENTORNO NA CIDADE DO RECIFE – PE¹

Renata da Silva Barbosa²
Lívia Izabel Bezerra de Miranda³

RESUMO

O processo de metropolização do espaço ocorre em vários níveis escalares, contudo, intensifica-se nas metrópoles a partir de uma lógica mecanizadora-financeira de (re)produção do urbano. Marcando uma fase do capitalismo e um modo de urbanização, a metropolização, reconfigura os territórios, imprimindo novas formas e funções. Destarte, o presente artigo tem como objetivo analisar o processo de metropolização do espaço da Bacia do Pina e seu entorno, nas duas últimas décadas, a partir da implementação de Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que vem metamorfoseando esta área de grande valor histórico e cultural da cidade do Recife – PE. Para viabilizar esses projetos, que causam grandes impactos urbano, houve-se a necessidade de aprovação de vários procedimentos administrativos e legislativos, fazendo com que o capital privado e estatal convergissem para a mesma área.

Palavras-chave: Metropolização, Bacia do Pina, GPUs.

RESUMEN

El proceso de metropolización del espacio se da en varios niveles escalares, sin embargo, se intensifica en las metrópolis a partir de una lógica mecanizadora-financiera de (re)producción de lo urbano. Marcando una fase del capitalismo y un modo de urbanización, la metropolización reconfigura territorios, imprimiendo nuevas formas y funciones. Así, este artículo tiene como objetivo analizar el proceso de metropolización del espacio de la Cuenca del Pina y su entorno, en las últimas dos décadas, a partir de la implementación de Grandes Proyectos Urbanos (GPUs), que han ido metamorfoseando esta área de gran importancia histórica y cultural da ciudad de Recife - PE. Para viabilizar estos proyectos, que provocan importantes impactos urbanos, se necesitaba la aprobación de diversos trámites administrativos y legislativos, haciendo converger capitales privados y estatales en una misma zona.

Palabras clave: Metropolización, Cuenca del Pina, GPUs.

INTRODUÇÃO

No Brasil, no século XXI, intensifica-se o processo de metropolização regional, que se fundamenta nas estratégias do capitalismo, podendo ser compreendido também como a nova regionalização do capital, que envolve várias “personas do capital”, principalmente, os

¹ Esse recorte analítico faz parte de um estudo mais amplo, desenvolvido no Estágio Pós-Doutoral do Programa de Pesquisa do INCT Observatório das Metrópoles, da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

² Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, renata.geo.barbosa@hotmail.com;

³ Professora no CAU – Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, liviaibmiranda@gmail.com.



imobiliários e financeiros, e que contam com ação imprescindível do Estado (LEOPOLDO, 2020).

Essa metropolização do espaço, como aponta Lencioni (2013, p.17), “se constitui num processo socioespacial que transforma profundamente o território”. Essas transformações, o qual a respectiva autora sugere chamar de “metamorfose”, perpassa a sua base material, impactando nas relações, vivências, dinâmicas e funções urbanas. Logo, como discorre Harvey (2014, p.133), o processo de reprodução do capital pela urbanização, significa o poder de uma classe capitalista de dominar o processo de urbanização e inúmeras esferas como “estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo”.

Entretanto, é importante enfatizar, que o processo de metropolização, não se limita as metrópoles, contudo, torna-se muito mais complexa nestes espaços. E isto está relacionado ao próprio processo desigual e seletivo de urbanização, por uma lógica mercantilizadora-financeira e por sua intensificação, metamorfoseando estes territórios. Nesse sentido, as áreas centrais, com maior aporte de infraestrutura passam a ser bem quistas, ainda mais quando atendem ao desejo do consumo espacial contemporâneo que são as frentes d’água, como é o caso do recorte espacial do presente estudo, a Bacia do Pina e seu entorno, no Recife – PE.

Destarte, o capital, operando na lógica metropolitano-finaceira, e, com o Estado, ampliando suas estratégias, vai intensificando as transformações nos/dos espaços, em prol dos interesses de uma classe social hegemônica. “A alvorada da contemporaneidade inaugura a metropolização como novo momento da urbanização, superando-a e, simultaneamente, reconstituindo e aprofundando os dramas da vida cotidiana” (LEOPOLDO, 2020, p.95).

Esse processo, a metropolização, passa a ser compreendido como uma forma contemporânea de desenvolvimento econômico, como analisa Lencioni (2013, p.29) “exprime uma fase do capital e uma face dele, porque eleva as possibilidades de valorização do espaço-mercadoria, instrumentalizado pela valorização imobiliária”.

A metropolização transforma os espaços e quando isso ocorre nas centralidades, pode-se observar o adensamento por meio da verticalização. Nesse sentido, o que vem ocorrendo na metrópole recifense, especificamente na área da Bacia do Pina e seu entorno, área primária de formação territorial da cidade, é um exemplo significativo deste processo, que se torna mais complexo a partir do interesse do capital pelas frentes d’água, lugar de privilégio do consumo espacial contemporâneo. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar o processo de metropolização do espaço da Bacia do Pina e seu entorno, nas duas últimas décadas, a partir da implementação de cinco Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que vem metamorfoseando esta área de grande valor histórico e cultural da cidade do Recife - PE.



Almejando compreender as transformações da Bacia do Pina e seu entorno, foram selecionados cinco GPUs: Via Mangue, “Torres Gêmeas” (o Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau), Shopping RioMar, Porto Novo (Projetos Porto Novo e Porto Novo Recife) e o Novo Recife. São empreendimentos de grande porte construtivo, que impactaram profundamente nas dinâmicas e funções territoriais. Destes projetos, os três primeiros empreendimentos já foram concluídos, o Porto Novo foi implementado parcialmente e o Novo Recife, devido à resistência dos órgãos locais e da sociedade ao projeto, encontra-se na fase inicial.

Para o desenvolvimento do presente estudo, utilizou-se como referência metodológica, o roteiro prático elaborado pelo Observatório das Metrópoles que “tem por objetivo geral o levantamento e identificação de coalizões de poder nas metrópoles brasileiras” (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2019). A partir de uma abordagem crítica, no roteiro prático é enfatizada a necessidade de compreender as dimensões que são alcançadas pelos GPUs, considerando suas dimensões, que no respectivo estudo foram destacadas: a política, a institucional, a fundiária e a econômico-financeira.

Almejando identificar estas dimensões, o roteiro foi subdividido em três principais blocos investigativo, sendo estes: “Elaboração e implementação do GPU”, “Levantamento e análise das eventuais conexões com a agenda urbana”, e, “Levantamento e análise de contestações, conflitos e contradições”.

Para coleta, sistematização e análise das informações, referentes aos GPUs na cidade do Recife – PE, faz-se necessário a utilização de diferentes recursos metodológicos. Diante das possibilidades, o relatório foi desenvolvido a partir da pesquisa bibliográfica, tendo entre as referências alguns trabalhos de: David Harvey, Nicos Poulantzas, Sandra Lencioni, Roberto L. Corrêa, Jan Bitoun, dentre outros; e a pesquisa documental com a compilação de documentos oficiais, matérias jornalísticas, produções cinematográficas e também imagens das transformações espaciais.

Outro recurso metodológico, de abordagem crítica de análise, foram os planos estratégicos, elaborados para o planejamento urbano de Recife, que vislumbram algumas áreas com potencialidades para implementação de GPUs. Também foram analisadas as legislações administrativas para viabilização dos Grandes Projetos Urbanos.

Em síntese, destaca-se que as convergências de investimentos do capital privado e do capital público, na Bacia do Pina e seu entorno, tem “metamorfoseado o território”, materializando os interesses de uma classe social hegemônica e impactando nas demais esferas do cotidiano urbano dos moradores. Esses projetos de grandes impactos urbanos foram



idealizados de forma integrada, a partir de um vetor de conexão entre ambos, a Via Mangue, lançado no ano de 2006, contudo, já tinha sido anunciado no plano estratégico, no Projeto Capital, como linha verde em 1998.

É notório a reconfiguração territorial a qual vem passando a Bacia do Pina e seu entorno, a partir da descaracterização do estilo arquitetônico dos edifícios, do traçado urbano, da mudança do perfil dos moradores, resultando em novas dinâmicas urbanas, com o adensamento e verticalização nas áreas de grande valor histórico e cultural do Recife. Essas mudanças que ocorrem na forma da cidade, como implementação de grandes espigões, mudanças de vias e sentidos, desapropriação e remoções, vão impactar diretamente no perfil desses novos moradores, na valorização do solo urbano, no aumento do fluxo de transporte privado, enfim, as funções da/na cidade também se transformam nessa conjuntura.

Bacia do Pina e os Grandes Projetos Urbanos: antecipação espacial pró-mercado

A Bacia do Pina compõe um cenário que é característico da cidade do Recife, de diversidade e contrastes, contando por um lado como um importante estuário, como um berçário da vida marinha, ecologicamente importantíssimo, que foi ocupado, em um primeiro momento, pela população mais pobre, depois por instituições e órgãos do Estado, passando a ser cobiçado e objeto de empreendimentos por parte de agentes econômicos comerciais, financeiro e imobiliário.

Como discorre Barbosa (2014, p.72), o processo de formação histórico e social, do estuário do Pina, “sempre apresentou um perfil de moradores formado por pescadores, trabalhadores do porto, empregados domésticos e desempregados, usualmente habitantes de casas de palha, na beira da praia e de casas dentro da maré”. Revelando as mazelas sociais, a carência habitacional, que levou muitos indivíduos a ocuparem áreas sem um mínimo de infraestrutura urbana.

Logo, devido as desigualdades socioeconômicas, aliado ao desinteresse do Estado, no primeiro momento, essas áreas alagadiças, foram sendo ocupadas por uma população mais pobre, que vão habitar em palafitas, casas com pouca ou quase nenhuma estrutura. Essa população que começa a habitar estes espaços, cria vínculos com esse habitat, utilizando do estuário também para gerar algum tipo de renda, com os mariscos, por exemplo; ou seja, as ligações são culturais, sociais, econômicas.

A essa população, os serviços públicos necessários para assegurar uma qualidade de vida urbana e ambiental, não acompanharam as primeiras ocupações, por não serem consideradas como prioritários pelo estado.



Porém, a partir do interesse do capital nas áreas da Bacia do Pina, foram incorporados aos seus projetos um discurso de melhorias e preservação urbana e ambiental, como marketing territorial, dissimulando, o que na verdade pôde ser compreendido, em conjunto com ações estatais, como a antiga prática de higienização dos espaços urbanos. Essas ações que buscam a higienização dos espaços urbanos não é algo recente na história urbana brasileira, nem recifense, considerando a atuação pública a partir da Liga Social contra o Mocambo nos anos de 1940 (BARBOSA, 2014).

Assim, temos na área do entorno da Bacia do Pina algumas transformações morfológicas, com áreas que foram aterradas (como é o caso do Cais José Estelita) e aberturas de vias, de conexão dos bairros com a área comercial da cidade, como discorre Pontual (2007) apud Barbosa (2014, p.74).

Entre as décadas de 1930 e 1950, em virtude do processo de modernização ocorrido na cidade, os bairros do Recife, de São José e Santo Antônio foram alvo de planos urbanísticos e de intervenções físicas, dentre as quais a construção das Avenidas Guararapes e Dantas Barretos, além da construção do Cais José Estelita, concluído no fim da década de 1930 a partir de sucessivos aterros.

Essas transformações na forma dos bairros São José e Santo Antônio foram imprimindo ao longo do tempo novas funções e dinâmicas a estes espaços, que aos poucos vão sendo sentida na paisagem. Ou seja, se esses elementos naturais eram, a princípio, compreendidos como barreiras para expansão e desenvolvimento da cidade, com o passar do tempo, passam a ser visualizados como possibilidade de (re)produção do capital nas suas várias facetas.

Desse modo, foram selecionados cinco Grandes Projetos Urbanos (GPUs), elaborados para ocupar o entorno da Bacia do Pina, dos quais os três primeiros já foram implementados e os dois últimos ainda se encontram em andamento, são estes: Via Mangue, “Torres Gêmeas” (Pier Duarte Coelho e Pier Maurício de Nassau), Shopping RioMar, Porto Novo (Porto Novo e Porto Novo Recife) e Novo Recife (Figura 1).

Figura 1: Grandes Projetos Urbanos – Bacia do Pina – PE



Fonte: IBGE, 2020.

O primeiro GPU a ser colocado em prática foi a obra viária pública, Via Mangue, que é uma proposta de “melhoria” na mobilidade urbana, apresentado no ano de 2006. Decorrente de outro projeto, que foi intitulado de “Linha Verde”, proposto no Projeto Capital (1998), a Via Mangue só foi implementada a partir de um conjunto de obras com recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pela proposta, o objetivo seria promover melhorias no deslocamento urbano, para receber o grande evento esportivo, a Copa do Mundo de 2014. É um projeto que decorre da parceria entre a Prefeitura do Recife, Governo Federal e Caixa Econômica. Uma proposta que buscava diminuir o trânsito intenso na zona Sul do Recife, com novas vias de ligação entre o Pina e Boa Viagem (Figura 02).

MAPA 02: Apresentação do Projeto Via Mangue



Fonte: Apresentação do Projeto Via Mangue Audiência Pública. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/blogdejamildo/data-show-via-mangue-audiencia-publica>. Acesso: 16 fev. 2021.

O projeto passou por três principais etapas até ser concluído, isso em um intervalo entre 2006 (lançamento do projeto) e 2016 (conclusão). Nesse período, os governos na esfera federal e na gestão municipal tiveram mudanças de comando, e em um período de execução tão prolongado, o projeto sofreu aumentos no custo da obra, passando de “R\$ 318.842.541,23, mas após sofrer R\$ 112.196.315,03 para R\$ 431.038.856,26. Os recursos aplicados foram: prefeitura (R\$ 81 milhões), um financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, gerido pela Caixa Econômica (R\$ 331 milhões); e R\$ 19 milhões provenientes da União” (PAIM, 2016).

A Via Mangue teve repercussões para além de um projeto de mobilidade urbana, pois, serviu como vetor de ligação entre outros GPUs, criando um elo entre empreendimentos imobiliários, empresariais, lazer, serviços, ou seja, contribuiu assim, para uma convergência de investimentos públicos e privados para o entorno da Bacia do Pina, que reconfigura o território.

Entre os diversos investimentos na Bacia do Pina, as “Torres Gêmeas”, denominação popular para os edifícios Píer Maurício de Nassau e Píer Duarte Coelho, construídos pela empresa Moura Dubeux, foram objetos de controvérsias em função de suas configurações muito distintas de seu entorno. O projeto foi aprovado em 2004 pelo Conselho de Desenvolvimento

Urbano da Prefeitura do Recife (CDU), em meio a muitas críticas, tendo a construção concluída em 2009. Tornou-se um marco inicial das transformações territoriais e paisagísticas que vêm acontecendo no entorno da Bacia do Pina. Uma nova tipologia e perfil socioeconômico começa a se instalar no bairro São José, não dialogando com as condições sociais, econômicas e urbanísticas existentes (Figura 3).

Figura 3: “Torres Gêmeas”



Fonte: Teresa Maia, Diário de Pernambuco.

O projeto inicial era composto de três torres residenciais, porém, após apresentação e contestação de alguns órgãos, o projeto foi revisto e implementado com duas torres de 40 andares cada, o que não atenuou o impacto que esse empreendimento representou na paisagem.

As “Torres Gêmeas”, também veio embalado pela necessidade de “revitalização” do bairro São José, que na verdade é um discurso construído para justificar as remoções, relocações, da população já residente.

Dentro desse recorte espacial do presente estudo, tem-se o terceiro GPU a ser destacado, que é o complexo empresarial e comercial, Projeto Shopping RioMar. Esse empreendimento foi implementado na Bacia do Pina, na conexão do rio com o mar. Foi lançado como um megaempreendimento comercial, capaz de impulsionar a requalificação urbana no bairro, garantindo maior circulação de pessoas, mercadorias e dinheiro. Segundo sua administração, o Grupo JCPM, o Shopping RioMar passa a ser considerado o maior centro de compras da região Norte/Nordeste.



As obras foram iniciadas em setembro de 2010 e em outubro de 2012 o shopping foi inaugurado. Ressaltando que o shopping faz parte de um complexo comercial e empresarial, que ainda conta nas proximidades com três torres que foram destinadas ao setor empresarial, completando o empreendimento RioMar Trade Center (Figura 4).

Figura 4: Shopping RioMar e as torres empresariais.



Fonte: Grupo JCPM, 2020.

Um projeto dessa magnitude impactou o seu entorno em vários aspectos como a mobilidade, as condições ambientais, mas, principalmente, na valorização imobiliária, tornando-se fator de atração para novos investimentos privados, mas requerendo também investimentos públicos para viabilizar outros empreendimentos. Entre as intervenções, destacam-se as modificações nas vias (sentido, alargamento, pavimentação) que foram necessárias para que não houvesse dificuldades em acessar este novo espaço da cidade do Recife. Destaca-se, ainda, a alça na ponte Paulo Guerra, anel viário, via de contorno (Av. República Árabe Unida), ligação com a Av. Domingo Ferreira e um acesso novo para o centro e a zona norte. Outro impacto fundamental foi o reassentamento das famílias das comunidades Jardim Beira Rio e Beira Rio.

O quarto GPU, o Porto Novo, é um projeto de requalificação do espaço portuário na cidade do Recife. Esse empreendimento reúne as iniciativas do setor público (Porto Novo) e do privado (Porto Novo Recife) com diferenças tanto pela fonte de recursos, como pelos próprios usos que estes buscam destinar aos velhos galpões e armazéns do cais.

O Porto Novo, de iniciativa pública, tem destinado aos espaços reestruturados, feiras de artesanatos, apresentações culturais, exposições de artistas locais, dentre outros. Inserindo algumas atividades e novos usos aos galpões do porto, entre estes: o Centro de Artesanato de Pernambuco, o Museu do Cais do Sertão Luiz Gonzaga (armazém 10), o Centro Cultural (módulo 1 e 2) e o Terminal Marítimo de Passageiros (armazém 7).

Já o Porto Novo do Recife, de iniciativa privada, está destinado à construção de hotéis, restaurantes, marina, escritório, centro de convenções. Segundo informações contidas no site do Projeto, os galpões a serem ocupados por essa iniciativa serão: o Galpão 9 para exploração comercial, escritórios; os Galpões 12, 13, 14 para restaurantes, bares, lojas, espaços para exposição e eventos fechados; o Galpão 15 terá hotel ou apartamentos de longa estadia, com padrão igual ou superior a três estrelas; e os Galpões 16 e 17 para centro de convenções integrado ao hotel (Figura 5).

Figura 5: Armazéns do Projeto Porto Novo



Fonte: IBGE, 2020.

Por fim, o último GPU destacado no presente estudo, o Projeto Novo Recife, que foi aprovado no dia 28/12/2012, em uma reunião com o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) da Prefeitura do Recife. É um projeto de grande impacto, não apenas pela sua potência construtiva, mas por transformar a dinâmica e organização de um bairro de origem da cidade do Recife, mudando seu perfil social, ambiental, paisagístico.

Ocupando uma área de 10,1 hectares, o Projeto Novo Recife, de iniciativa privada do Consórcio Novo Recife, composto pelas empresas Moura Dubeux, Queiroz Galvão e GL Empreendimentos, é integrado por 13 torres de uso múltiplo (residencial, comercial, serviços, hotelaria, flats), com altura variante entre 21 andares e 38 andares. Alterando a paisagem e a dinâmica do Cais José Estelita e do bairro São José e seu entorno (Figura 6).

Figura 6: Projeções das torres a serem construídas.



Fonte: Consórcio Novo Recife.

O Projeto Novo Recife passou então a ser alvo de vários debates e críticas que discutiam a presença do capital imobiliário e financeiro na (re)produção do espaço urbano, que ditam um crescimento pró-mercado, desconfigurando a paisagem e excluindo desses espaços outras possibilidades de usos e formas de ocupação, públicos e de interesse social. O projeto Novo Recife dessa forma se configura sem nenhum diálogo com as vivências locais.

Dando início a uma longa disputa, entre os atores sociais, de um lado, os promotores do empreendimento, em aliança com o governo municipal, e do outro lado, os atores que contestam o projeto (movimentos sociais, acadêmicos, progressistas, entre outros), entre estes, destaca-se o movimento Ocupe Estelita, apoiado por vários segmentos sociais. Esse movimento, além de questionar as ilegalidades nos processos de aquisição de áreas públicas e de aprovação do empreendimento, criticou os impactos negativos decorrentes do Novo Recife na paisagem urbana, no meio ambiente, urbanístico e sociais, e promoveu ocupações e eventos na área para protestar e para defender o direito à cidade. O Consórcio Novo Recife enfrentou várias ações judiciais, o que vem impedindo a construção do projeto até o momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os GPUs, (Via Mangue; “Torres Gêmeas” – Píer Duarte Coelho e Píer Maurício de Nassau; Shopping RioMar; Porto Novo – Porto Novo e Porto Novo Recife e Novo Recife), com predominância nas áreas de mobilidade urbana, empresarial, serviço e moradia, localizados no núcleo primário de formação territorial do Recife, envolto por braços de rios e o mar, tiveram que realizar vários procedimentos administrativos e legislativos, para realização dos projetos. Impactando em novas (re)configurações territoriais, esses projetos metamorfoseou o espaço, modificando o desenho urbano, as tipologias construtivas do bairro, alterando o perfil



socioeconômico dos moradores, implicando em diversas funções e formas, influenciando na apreensão espacial dos indivíduos com as estruturas urbanas.

A princípio, e, devido a legislação urbanística e ambiental, em contrapondo, as características dos projetos (de grande transformação na morfologia urbana), evidenciam-se duas principais problemáticas, relacionadas a localização geográfica que se tornaram notórias nesse processo de metropolização, porém, não impediu o desenvolvimento dos projetos. A primeira questão diz respeito às proximidades dos projetos com o espelho d'água, com as bordas e margens dos rios, o oceano Atlântico e o mangue. Segundo a Lei nº 3.438 de 17 de julho de 1941, no seu Art. 1º, “São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar médio de 1831”. (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3438.htm). Contudo, utilizaram das confusões legislativas, que diz respeito ao estuário do Pina, alegando, quando os interessava, que eram áreas margeadas por rios. A segunda questão se refere ao zoneamento, pois, os bairros que vêm recebendo os novos empreendimentos são delimitados como Zona Especial de Preservação Histórica – Rigorosa (ZEPH-R), Zona Especial de Preservação Histórica – Ambiental (ZEPH-A) e da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), que não possibilita grandes transformações territoriais e paisagísticas.

Como já mencionado, esse espaço onde vem se concentrando os GPUs, foram áreas ocupadas, a princípio, por uma população pauperizada, e depois por algumas instituições e órgãos estatais, gerando outra problemática referente a posição geográfica dos empreendimentos, que resvala na questão da propriedade da terra, que é um elemento extremamente importante no processo de metropolização. Principalmente, quando o capital financeiro e imobiliário direciona seu interesse para áreas já consolidadas da/na cidade, acirrando as disputas e conflitos territoriais. Como no caso do entorno da Bacia do Pina, o qual o mercado imobiliário e financeiro, foram se apropriando dos terrenos (alguns de domínio público) de forma a praticar a antecipação e seletividade espacial (CORRÊA, 2002). Havendo a princípio uma fragmentação dos projetos, que foram articulados em um primeiro momento, a partir de uma grande obra de mobilidade urbana, custeada pelo poder público, nas três esferas, a Via Mangue, como já descrito.

Os investimentos do capital privado em convergência aos investimentos do capital público, na Bacia do Pina e seu entorno tem “metamorfosado o território”, em prol de uma classe social abastada, definindo o lugar que cada um pode ocupar na cidade pelo seu poder de consumo. Desde o anúncio do primeiro projeto, a Via Mangue, no ano de 2006 (o projeto já tinha sido anunciado no plano estratégico Projeto Capital de 1998 como Linha Verde) até os



dias atuais, esse espaço, alvo destes empreendimentos, tem mobilizado vários agentes sociais, que tentam (re)existir apesar das investidas do capital, que só apresentam melhorias a uma parcela mínima da sociedade.

Diante os outros projetos, a Via Mangue, obra de mobilidade urbana, serviu como vetor de conexão com os demais projetos. Para realização do empreendimento foi necessário a remoção de várias pessoas das comunidades que margeavam a Bacia do Pina, como a Comunidade Beira Rio e Jardim Beira Rio (Pina); Pantanal, Paraíso/Deus nos Acuda e Xuxa (Boa Viagem). Essa antecipação espacial e sua seletividade foram fundamentais para implementar os demais projetos, pois, retardou, principalmente, as ações de resistência da população afetada.

Destarte, os GPUs implementados no entorno da Bacia do Pina parecem se complementar nas funções, pois, como ligação entre estes tem a Via Mangue, estando os demais na função de serviço, moradia, lazer. Desse modo, pode-se observar uma metropolização espacial que nas últimas décadas vem se intensificando na Bacia do Pina e seu entorno na metrópole recifense. Todos estes projetos foram apresentados com narrativas que ressaltavam os empreendimentos como melhorias urbanas, ambientais e sociais. Que buscam a renovação, revitalização dos espaços urbanos na cidade do Recife. Contudo, quando estes projetos são implementados em áreas já consolidadas, que não dialogam com as dinâmicas e vivências existentes, a metropolização do espaço provoca grandes reconfigurações territoriais. Construindo uma cidade sobre si mesma por meio da gentrificação (LENCIONE, 2013, p.29), da seletividade espacial, criando “espaços do privilégio”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A (re)produção urbana sob uma lógica capitalista, de mercantilização dos espaços, é possibilitado por coalizões, parcerias público-privadas, entre os agentes do setor privado e do setor público, acentuando os investimentos de forma seletiva e desigual. No Recife – PE, essas conexões são visíveis a partir da confluência de capitais privados e públicos que direcionam investimentos para locais já dotados de infraestrutura e/ou para áreas que se enquadram nesse padrão de consumo espacial contemporâneo, como as frentes d'águas, matas, como é o caso da Bacia do Pina e seu entorno. Nas últimas décadas, observa-se que os planos estratégicos elaborados para o Recife, já apontavam para várias transformações na área, não apenas de caráter paisagístico, mas também de organização e dinâmica. São Grandes Projetos Urbanos (GPUs), que são elaborados sem diálogo com as vivências já consolidadas, gerando conflitos, violência, remoções.



A partir das análises dos cinco GPUs (Via Mangue, “Torres Gêmeas”, Shopping RioMar, Porto Novo e Novo Recife) selecionados, localizados na Bacia do Pina e seu entorno, pode-se compreender a forma violenta e exclusivista desses empreendimentos, distanciando e negando o direito a cidade aos moradores já residentes nesses espaços. Essas transformações têm sido profundas, impactando não apenas na paisagem, mas também nas relações e trocas sociais, no perfil dos moradores, na tipologia das residências.

Essa área da Bacia do Pina e seu entorno, se constitui como importante núcleo histórico, ambiental, cultural, podendo ser identificado os bairros do Pina, Cabanga, São José, Santo Antônio e o bairro do Recife. E que vem sofrendo com a ação dos agentes econômicos, destacando-se a construtora Queiros Galvão S.A., Moura Dubeux Engenharia Ltda, o Grupo JCPM e o Grupo Excelsior. São construtoras que vem atuando a bastante tempo na cidade do Recife, as quais as ações foram intensificadas nas últimas décadas. Devido à localização geográfica dos empreendimentos, foram necessários vários procedimentos administrativos e legislativos, que possibilitaram a implementação dos mesmos.

Essa convergência de interesse entre o setor privado e público, nessa área da cidade do Recife, transforma de forma violenta os espaços, elaborando e implementando projetos de grande poder construtivo. O processo de metropolização vai assim construindo outra cidade, imprimindo outras dinâmicas e formas urbanas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, David Tavares. **Novos Recifes, Velhos Negócios**: política da paisagem no processo contemporâneo de transformações da Bacia do Pina – Recife/PE: uma análise do Projeto Novo Recife. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia/PPGEO-UFPE. Recife: 2014.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2002.

Grupo JCPM. **Uma história de 85 anos de credibilidade, inovação e desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.jcpm.com.br/>. Acesso em: 14/11/2020.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEOPOLDO, Eudes. **Metropolização Regional e nova Regionalização do Capital**. Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 47, pp. 85-102, jan/abr 2020.

LENCIONI, Sandra. Metropolização do Espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, Alvaro et. al. (orgs). **Metropolização do Espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2013.

Pernambuco. **LEI Nº 15.148, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2013**. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=5715>. Acesso em: 08/10/2020.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

RECIFE. Projetos e Ações: **Via Mangue**. Disponível em:

<https://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/viamangue.php>. Acesso em: 04/01/21.